

OLHAR FEMININO SOBRE A COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

Gilmar Fiorese: professor assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE Campus de Francisco Beltrão. Mestre em História área de concentração em Movimentos Sociais na História. Endereço: fiorese@unioeste.br

Resumo: este artigo tem a pretensão de dar uma contribuição para a história do sudoeste do Paraná, na medida em que procura discutir um tema praticamente esquecido ou silenciado pelas produções existentes. A partir de um questionamento sobre a ausência da mulher na historiografia, procura-se dar algumas respostas que justificam a efetiva presença e participação delas na construção da história da região.

Palavras chave: história, sudoeste, participação, mulheres.

Abstract: this article has the pretense of giving a contribution for the history of the southwest of Paraná in the measure in that tries to discuss a theme practically forgotten or silenced by the existent productions. Starting from a questioning on the woman's absence in the historiography, he/she tries to give some answers that justify the effective presence and participation of them in the construction in the history of the area.

Key Words: history, southwest, Woman's, participation.

Olhar Feminino sobre a Colonização do Sudoeste do Paraná

Gilmar Fiorese

A história do sudoeste do Paraná já foi objeto de muitos estudos.¹ Este artigo também é resultado de preocupações com a história da região e tem a finalidade de evidenciar a importância de um aspecto que talvez tenha sido desconsiderado nos estudos já realizados. Trata-se de reconhecimento para com os silenciados ou esquecidos, mais especificamente com as esquecidas pela historiografia, as mulheres.

A história da Revolução Americana foi escrita muitas vezes, mas as mulheres raramente aparecem nessas histórias. Qual o papel, se é que houve algum, que as mulheres tiveram na Revolução Americana e, mais importante, que mudanças permanentes vieram a partir disso, para a posição das mulheres? (HILL, 1996, p 8).

¹ Sobre o sudoeste do Paraná: REGO, R. M. L. *Terra de Violência: Estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. São Paulo. 1979, 138p. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo; ABRAMOVAY, R. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. São Paulo. 1981, 274p. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo; COLNAGHI, M.C. *Colonos e Poder: A Luta Pela Terra no Sudoeste do Paraná*. Curitiba, 1984, 187p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná; GOMES, I. Z. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986; LAZIER, H. *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense*. 2ª ed. Grafit, 1997; BONETTI, L. W. *Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná*. Unijuí: Assesoar, 1997.

A história do sudoeste do Paraná também já foi escrita muitas vezes, e os estudos não deixam de ser importantes. No entanto, as mulheres, praticamente, não apareceram nesta história². Elas ficaram esquecidas, e a impressão que se tem é de que a história do sudoeste foi feita quase que exclusivamente pelos homens, isto é, com a exclusão das mulheres. “Até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito freqüentemente transcorreu sem ser documentado” (THOMPSON, 1992, p. 134).

O silêncio das mulheres na história do sudoeste do Paraná não se limita à falta de publicações que reconheçam sua presença. O conhecimento da vida privada reservada a elas implica também no problema com as fontes e registros, nos quais o espaço que ocupam é bastante limitado. “O século XIX claramente distinguiu as esferas, pública e privada, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral. Muito provavelmente essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens e é este que conta” (PERROT, 1989, p.10). As fontes e registros existentes concedem privilégio ao público, portanto aos homens, silenciando, na maioria das vezes, as mulheres, que ficam restringidas ao mundo privado.

² Na revisão bibliográfica sobre a história do Sudoeste do Paraná, tratando-se da mulher, uma publicação considerada exceção - ZANELA, José Luiz & KRAMER, Sílvia Ana. *A Participação da Mulher na Revolta dos Posseiros de 1957*. In Revista Faz Ciência, vol. 1, nº 1. Francisco Beltrão: Facibel, 1997.

Além disso, este privado, que lhes é reservado, apresenta uma mulher dócil, mãe de família exemplar, sentimental, frágil, submissa.

O aspecto político, caracterizando-se como inseparável do público, e reservado quase que exclusivamente aos homens, também contribui no sentido de silenciar as mulheres. A sociedade tende a pensar que elas são inaptas ao exercício do poder, acreditando que, para tal tarefa, as mesmas são frágeis, portanto incapazes de fazer valer a "autoridade":

A idéia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos. Além disso, as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais. (PERROT, 1988, p.184).

No Brasil, uma tentativa que procurava romper com a exclusão feminina na política ocorreu na década de 60, quando a cena política brasileira foi marcada pela presença das mulheres, "a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino" (RIDENTI, 1990, p.114). Porém esta participação da mulher na política ainda é restrita. Mesmo que teoricamente ela possa estar em condições de igualdade ao homem - a lei lhe garante - na prática seu espaço é limitado e tímido, basta ver o número de mulheres ocupando cargos no executivo e no

legislativo. Portanto, a submissão da mulher na política ainda continua.

Atualmente, juntamente com outros aspectos da história, que só têm recebido atenção de estudos nas últimas décadas, a história das mulheres também começa a ser entendida como necessária, na medida em que aparecem as críticas à exclusividade da história masculina. Mesmo não recebendo a importância e o significado merecido, "parece não haver mais dúvida de que a história das mulheres é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo..." (SCOTT, 1992, p.63).

É importante entender ainda que, além dos movimentos feministas, o espaço das mulheres está se ampliando, devido também à entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, (aqueles realizados fora do lar), bem como o ingresso delas na vida acadêmica. Estas mudanças, certamente, estão provocando um rompimento com a maneira de pensar a história, principalmente pelas próprias historiadoras. Hoje, poderíamos questionar se esta realidade não estaria quebrando também, o silêncio dos historiadores. Para Perrot (1996) "seria necessário que não apenas as mulheres fizessem uma história das mulheres, mas que os homens também pensassem em escrever a história".

No Brasil, embora nas últimas décadas a participação das mulheres na vida social tenha aumentado significativamente, seu reconhecimento nos movimentos sociais ficou praticamente

despercebido ou ignorado pelas produções historiográficas.³ Este silêncio já não é mais possível, pois não há como negar sua ação e participação e, tanto as historiadoras quanto os historiadores começam a escrever a história daquelas que ficaram esquecidas.

Reconhecer a mulher na história não significa querer considerá-la uma heroína. Assim como aos homens, ao atribuir às mulheres um poder ilimitado, não reconhecendo suas limitações e dificuldades, corre-se o risco de trocar uma mitificação por outra. É preciso entender que a mulher, historicamente, foi discriminada e, mesmo sendo ela capaz de agir diante da submissão, não significa dizer que todas as limitações foram superadas. A ação da mulher é compreendida quando analisada nas suas múltiplas relações estabelecidas no conjunto da sociedade. É para isso que aponta Rago (1995), quando diz que:

... se de um lado se ganha com a emergência desta produção acadêmica, de outro, é preciso estar atento para as implicações de uma abordagem teórico-metodológica extremamente preocupada em provar a capacidade de resistência e luta dos subalternos, entre os quais, as mulheres, atribuindo-lhes uma força consciente invejável e, até mesmo, uma certa dose de onipotência.

Mesmo que silenciado pela visão androcêntrica e sem a intenção de reduzir a história a grandes feitos, é coerente

³ Sobre a participação das mulheres no movimento operário ver SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. *Rompendo o Silêncio: A Participação Feminina no Movimento Operário no Rio Grande do Sul*. Estudos Ibero-americanos. Porto Alegre, PUC/RS, nº 2, vol. XXII, p.157-175.

reconhecer que, no Brasil, as mulheres, historicamente, marcaram presença nos movimentos sociais. Apenas para mencionar alguns: sabe-se da participação das mulheres na Confederação do Equador, na Revolta do Quebra Quilos, na luta pela Abolição, nas greves operárias do início deste século, pelo direito ao voto a partir de 1930, na luta pela paz nos períodos de guerras, no combate ao regime autoritário instalado em 1964, na luta pela anistia e no movimento pela redemocratização do País. Certamente, a presença delas é verdadeira em outros movimentos, no entanto acredita-se que os acima mencionados sejam indicações suficientes e que permitem a afirmativa da efetiva participação feminina no processo de construção da sociedade brasileira. A respeito da questão, os estudos de Algranti (1993) mostram que:

Com relação à recente história da mulher brasileira, a historiografia acompanhou o movimento geral e procurou romper com a imagem monolítica, imputada pela história, de que a mulher foi sempre o elemento subjugado, sem direitos civis ou participação política. Um novo espaço para a mulher foi assim reivindicado e começa a ser conquistado.

E no sudoeste do Paraná, não teria sido significativa a participação da mulher na construção desta história? Esse envolvimento, às vezes despercebido pela sociedade merece um reconhecimento. Através da produção de novos conhecimentos é preciso reconhecer a importância e o significado do outro. É preciso explicitar melhor a realidade e entender a participação feminina na construção da sociedade sudoestina. Dar importância às mulheres na

história do sudoeste do Paraná pode significar “a interferência na maneira como os outros descreveram o passado, podendo mudá-lo na medida em que acrescenta um detalhe inesperado a uma narrativa conhecida” (DAVIS, 1997, p.17).

Entretanto, oportunizar às mulheres que também possam falar, não significa menosprezar ou negar o que disseram e fizeram os homens. Trata-se de reconhecer aqueles que ficaram excluídos e silenciados na história. Na batalha de Waterloo, os britânicos, comandados pelo Duque Wellington, venceram o exército francês, porém não somente Wellington foi um vencedor, pois milhares de outros, considerados soldados rasos, também venceram. (SHARPE, 1992, p.39) Nos conflitos sociais pela terra no sudoeste paranaense, os homens também não venceram sozinhos. Se apenas os homens foram incluídos nas narrativas e nas produções existentes, não significa que as mulheres não possuem uma história. Elas têm uma história, porém não estão na historiografia.

Ignoradas nas produções, excluídas ou silenciadas nos arquivos e nos documentos, onde devemos encontrar as mulheres? Acredita-se que esta lacuna pode ser preenchida com as fontes orais. Se hoje, a fala das mulheres do sudoeste é inexistente nos arquivos, nos documentos escritos e na literatura, é necessário que sejam chamadas e oportunizadas a ocuparem um espaço onde elas tenham vez e voz. O “Testemunho oral é apenas um recurso potencial até que pesquisas o chamem para a existência...” (PORTELLI, 1981, p.31).

Com a intenção de evitar constrangimentos e atendendo ao pedido de algumas entrevistadas, neste trabalho optamos por nomes fictícios nas citações apresentadas. Esclarecemos também que as transcrições e, conseqüentemente, as citações das entrevistadas foram feitas conforme as próprias pronúncias, portanto sem a preocupação com a linguagem padrão.

A ocupação oficial ou dirigida do sudoeste do Paraná aconteceu a partir de 1943, quando o então Presidente da República Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO. Os colonizadores que chegaram ao sudoeste eram populações oriundas principalmente dos três Estados do Sul do Brasil e que buscavam novos espaços como alternativa de sobrevivência.

A necessidade de buscar novas terras parece confirmar-se no depoimento de muitas mulheres. Famílias numerosas, pequenas propriedades, esgotamento das terras livres e influência de parentes e amigos, talvez expliquem algumas das razões do deslocamento de populações de outras partes, principalmente do próprio Estado do Paraná, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Interrogadas sobre os motivos de buscarem o sudoeste do Paraná, as respostas demonstram uma certa correspondência, fazendo-se acreditar que estes Estados enfrentavam problemas com excesso de mão-de-obra em decorrência da falta de propriedades. *"Saímos do Rio Grande do Sul por falta de terra, pouca terra né. A família era grande, daí o pai disse: fazê o que, temos que procurar um terreno pra podê por os*

filhos trabalhar. Daí viemos pro Paraná e aqui compramos trinta e quatro alqueires de terra”.(Umbelina, 1999)

Considerando-se o depoimento acima, mesmo que não somente a partir dele, é possível o entendimento de que, apesar da colonização da região ter sido realizada e organizada pela Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, que oferecia toda uma infra-estrutura aos que aqui chegavam, muitas foram as situações em que os próprios colonizadores do sudoeste adquiriram suas propriedades através de compra.

A ocupação das terras do sudoeste do Paraná precisa ser pensada também, considerando a política de ocupação dos espaços vazios, a “Marcha para Oeste”, implementada por Getúlio Vargas no final da década de trinta.

A “Marcha para Oeste” constituiu-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do País, em grande expansão. (Gomes 1986, p.16)

Acredita-se que as famílias, oriundas, principalmente dos Estados Já referidos, tinham uma preocupação em relação à ocupação profissional dos filhos. Muitas vezes, as famílias, sendo numerosas, e suas terras insuficientes para a sobrevivência de

todos, procuravam então novas terras, numa tentativa de resolver o problema daqueles que não dispunham de propriedade. Era à busca de um novo espaço que possibilitasse extrair dele o necessário para a sobrevivência.

A necessidade da terra como possibilidade de trabalho e renda era uma preocupação também dos próprios filhos. Eles tinham o entendimento de que a pequena propriedade dos pais era insuficiente para alimentar a todos. "*A gente queria possuí um pedacinho de terra, pois nós não tinha terra, só meu pai tinha*" (Gertrudes, 1999). Possivelmente, esta era a situação de muitos jovens, recém casados e que buscavam construir suas próprias vidas, com suas propriedades independentes.

Entende-se que esta falta de terras aos jovens está ligada ao minifúndio. Enquanto as famílias eram constituídas de filhos com idade dentro dos limites da "dependência", a propriedade dos pais, mesmo que com certas dificuldades, permitia a sobrevivência de todos. Esta realidade, porém, começava a alterar-se na medida em que os filhos alcançavam a maioridade ou constituíam uma nova família. Agora, a terra dos pais, quando tinham, não era mais suficiente para a sobrevivência de todos. Daí as pretensões dos jovens casais na busca de suas próprias propriedades.

O interesse pelas terras do sudoeste do Paraná, muitas vezes, era acompanhado pela forte propaganda que enaltecia a possibilidade de um futuro promissor. No centro desta propaganda, a fertilidade do solo e a exuberância das matas provocavam maior

impacto e, certamente, chamavam a atenção daqueles que para esta região vieram, bem como daqueles que pretendiam chegar: "*Vimos para o sudoeste para encontrar melhor vivência, de terra mais boa, porque achava que aqui era melhor mesmo, que todo mundo falava. A fama do sudoeste, a propaganda era grande*" (Apolinária, 1999).

Esta propaganda, muitas vezes, era feita pelos próprios familiares e amigos que na região já residiam. Esta afirmação fica evidenciada em algumas entrevistas, como por exemplo: "*... fomos influenciados por meus parentes mesmo, meu tio que vinha pra cá, também queria trazer nós junto...*" (Umbelina, 1999). "*... acho que foi alguns amigos que vieram morá pra cá, então o pai veio junto...*" (Alvina, 1999).

Porém, apesar de ser a terra o grande atrativo do sudoeste do Paraná, pois conseguia despertar o interesse daqueles que aqui chegavam, a vontade de melhorar suas condições de vida também contribuiu para a colonização da região. O sudoeste prometia ser um espaço promissor. "*Nós viemos, procurando melhorar de vida, porque antes estava no Rio Grande. Aí, a gente achou que não dava mais, viemos visitar o sudoeste onde o Walter se apaixonou, foi amor a primeira vista...*" (Dalibia, 1999). O sudoeste do Paraná parecia ser uma alternativa para aqueles que, percebendo as poucas perspectivas nas antigas regiões, buscavam este novo espaço para melhorar suas condições de vida.

Um conjunto de fatores, portanto, explicam a colonização do sudoeste do Paraná: a política de expansão com a ocupação dos

espaços vazios Marcha para Oeste; problemas sociais existentes em outras regiões com excesso de mão-de-obra; dificuldades no sustento das famílias com prole numerosa e com terras insuficientes; programa da Colônia Agrícola Nacional – CANGO, com distribuição de terras gratuitas e com infra-estrutura; a própria vontade dos colonizadores, no sentido de melhorar suas condições de vida. Além desses, a influência de parentes e amigos, bem como a propaganda sobre o sudoeste, são algumas razões que impulsionaram a vinda daqueles que colonizaram a região.

Viajando com o caminhão, mas também com a carroça, com o cargueiro, com carro de boi, ou ainda outros meios de transporte, as famílias rumavam para o sudoeste paranaense com suas mudanças e suas esperanças, acreditando numa vida melhor.

Vários eram os dias de viagem. Em certas condições, e dependendo do meio de transporte utilizado, levava-se até dezenas de dias. As condições das estradas eram precárias, obrigando muitas vezes os colonizadores a improvisarem os acessos. *"Era tudo estrada de chão quando nós viemo pra cá de mudança. Da ponte do Verê até onde nós fomo morá, tivemos que abrir a foice e machado pra passá a carroça. Daí descarregá tudo lá na estrada e levá tudo envarado a mudança"* (Alvina, 1999).

O difícil acesso ou mesmo a inexistência de estradas transitáveis não impediu a passagem daqueles que aqui queriam chegar. Diante destas dificuldades, alternativas muitas vezes fatigantes eram as únicas possibilidades que permitiam a

continuidade da viagem. Num esforço muito grande, os colonizadores juntavam-se para abrir as primeiras "estradas", feitas com o auxílio da foice, do machado, do serrote e da picareta. "*Com a mudança, nós viemos do Rio Grande até Pato Branco, daí ficamos quinze dias parado em Pato Branco...*" (Palmira, 1999).

Nos momentos de dificuldades, percebe-se a solidariedade das famílias. Muitas foram às situações em que, enquanto os obstáculos eram removidos, aqueles que já estavam estabelecidos na região, procuravam acolher aqueles que estavam enfrentando os problemas. Sem restrições, os novos habitantes eram acolhidos nas residências por vários dias e recebiam a alimentação para toda a família. Era um gesto acolhedor daqueles fixados na região e que, neste momento, procuravam contribuir para amenizar as dificuldades dos que estavam chegando. Seria uma maneira de solidarizar-se com as dificuldades enfrentadas pelos novos habitantes deste espaço.

Outra alternativa encontrada pelos colonizadores do sudoeste do Paraná, que contribuiu para o enfrentamento dos desafios da viagem, como também na diminuição das despesas, consistia no agrupamento de várias famílias que utilizavam o mesmo "caminhão" no transporte das mudanças. Assim, acredita-se que, diante dos impasses que pudessem surgir, havia uma maior possibilidade e agilidade nas soluções, uma vez que o grupo era maior.

A prática da utilização do mesmo meio de transporte, agrupando várias famílias, está confirmado em diversas entrevistas das mulheres. O depoimento delas permite o entendimento de que as viagens eram realizadas com muitas dificuldades, exigindo de todos muitos esforços. *"Veio uma gestante junto com nós, viemos dividindo o caminhão com outro mudanceiro e vinha uma gestante, uma mãe solteira junto. Eles chegaram num dia no Gavião e no outro dia de manhã ela amanheceu de bebê"* (Adelaide, 1999).

Por outro lado, as numerosas famílias, bem como seu agrupamento, passavam por alguns inconvenientes, principalmente em relação às acomodações. Os longos dias de viagem e muitas vezes, a inexistência de um local que abrigasse as famílias, não deixava outra alternativa a não ser acomodar-se no próprio caminho, em condições precárias e muitas vezes desagradáveis. Em certas circunstâncias as famílias dormiam no próprio veículo que fazia o transporte. Retiravam os animais que estavam em cima do caminhão e procuravam acomodar-se neste ambiente, "às vezes nada agradável para o olfato". Vale destacar que nem sempre foi possível abrigar-se nas residências de amigos ou parentes, principalmente devido ao difícil acesso das estradas, que impediam o prosseguimento das viagens. *"Levamo três dias e meio. Posava em cima do caminhão. Tirava a criação e posava em cima do caminhão"* (Apolinária, 1999). *"Peguemo tempestade no Rio Jacutinga. Lá nós durmimo moiado, porque deu uma tromenta na costa do Rio"* (Dalíbia, 1999).

O colonizador chegava ao sudoeste do Paraná e deparava-se com uma nova realidade, diferente daquela que havia deixado. Inicialmente os recém chegados à região encontravam-se num verdadeiro estado de isolamento, onde nem mesmo as informações eram possíveis. A carta, talvez o meio de comunicação mais utilizado na época, chegava com muita dificuldade. Nem mesmo aquelas notícias consideradas “urgentes”, a morte de um familiar, por exemplo, chegavam em tempo: *“Nós viemos de carro de boi, um pouco de carro de boi, um pouco de caminhão, de tudo um pouco nós trazia, porque os caminhões naquela época não entrava. A gente não se comunicava com nada. A minha mãe ficou um ano enferma na cama e ela nem sabia onde eu tava. Eu fiquei sabendo um mês depois que ela tinha morrido porque a gente não se comunicava com os parentes”*. (Gertrudes, 1999).

Viagens concluídas, muitas dificuldades vencidas, o desconhecido vai tornando-se conhecido. O sudoeste torna-se um novo espaço, com novas possibilidades para os pioneiros que chegam. Assim, a região começa a ser desbravada e um novo cenário começa a ser construído.

Deixar suas regiões de origem e partir na busca do novo não foi tarefa desempenhada sem desafios. A distância, os problemas com as estradas, os períodos de fortes chuvas, as travessias de rios, entre outros, foram obstáculos enfrentados e superados pelas mulheres e suas famílias a caminho do sudoeste. Entre a partida da região de origem dos colonizadores até chegar ao

sudoeste, muitas dificuldades, problemas, episódios muitas vezes considerados até curiosos, ficaram registrados na mente das mulheres entrevistadas. Foram situações marcantes e que, relatadas, expressam as dificuldades de uma época, de um povo e de um espaço, onde muito, ou quase tudo, estava para se construir.

Não foram poucas as dificuldades encontradas pelos colonizadores nos primeiros tempos do sudoeste. *"Só pelo poder de Deus mesmo que tomamos aqui e vencemos, com a graça de Deus, com a luta e a força da mulher"*. (Alvina, 1999) Foi com este espírito - o de desbravador - que o colonizador foi se integrando a uma nova realidade, a um novo espaço geográfico, primeiramente quase desabitado e com muitos desafios. Uma realidade nada fácil, que exigia, da parte de todos, muito empenho, trabalho e solidariedade. *"No começo a vida foi sofrida, porque tinha de derrubá o mato, era tudo né. Não assim terra lavrada, tudo a muque, tudo derrubá mato. A mãe roçava que estragou toda as mãos, até a aliança, de derrubá mato pra plantá. Era difícil, foi difícil o começo. Os vizinhos eram bom, ajudavam nós, davam assim, nós não tinha nada plantado né"*. (Dominícia, 1999).

Quando os novos habitantes do sudoeste chegaram à região na condição de posseiro - oficial ou não oficial, a documentação das terras, num primeiro momento, parece não ter sido motivo de preocupação. *"A gente comprava a posse a troco de muita pouca coisa. A gente conseguia comprar aquelas posses e documento assim, mas não se fazia nem sequer um contrato. Era*

comprado e vendido assim, pela sorte. Comprava aquela posse, era dono da propriedade” (Adelaide, 1999). Na fala das mulheres percebe-se que a situação irregular das terras não impedia a aquisição através da compra de muitas propriedades, mesmo sendo posse. O fato de ser posse, pois não recebiam o título de propriedade, não inibiu o interesse dos colonizadores pelas terras da região sudoeste, como revela Martins (1993): “Para ele, a sua situação de ocupante da terra, mesmo sem documentos e sem direitos, sujeito a despejo, é situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados”. Era vontade do colonizador tornar-se proprietário de um pedaço de terra e através dela extrair o necessário para o sustento da família.

É importante esclarecer que, no entendimento de algumas mulheres, as propriedades eram adquiridas através de compra. No entanto, estes casos ocorreram nas seguintes condições: ou estavam adquirindo a propriedade de um posseiro aventureiro - não oficial - ou estavam adquirindo uma propriedade de alguém que havia sido beneficiado com terras provenientes da colonização oficial - CANGO - e que estava disposto a vender esta propriedade ou parte dela. Esta situação era completamente diferente da colonização oficial, que fazia a distribuição das terras gratuitamente e ainda oferecia uma infra-estrutura para os pretendentes.

A falta de documentação das terras também não impedia os colonizadores de iniciarem seus trabalhos nas propriedades.

Afinal, seria desta propriedade que os mesmos extrairiam o necessário para a sobrevivência. Inicialmente foram atividades desbravadoras, como a prática das derrubadas das matas que, em sua maioria, ainda não tinha sofrido a ação humana. Era o sertão do Paraná, constituído ainda de matas virgens: *"Naquele tempo era puro sertão, tinha só quatro morador, tudo pertinho, os quatro. Só que era tudo sertão. Nós tinha que fazê dezessete quilômetros, tocava que fazê de cavalo, porque não tinha estrada"* (Umberta, 1999).

Desbravar a quase intocada paisagem do sudoeste do Paraná não foi apenas uma realização masculina. Considerando as entrevistas, percebe-se a presença das mulheres nas mais diferentes atividades. Elas ajudavam na derrubada das matas, roçavam, plantavam, colhiam, guardavam e comercializavam.

Deus o livre, hoje em dia a gente pensa, porque eu também ajudei, eu trabalhava na roça, nós roçava, nós derrubava, nós plantava. Nós trabalhava igual os homens na roça. Então, a gente também ajudou nesta devastação, desperdício. Hoje em dia, se a gente pudesse reaver uma parte daquilo que a gente ajudou estragar. Desperdiçou mesmo, uma tristeza. (Adelaide, 1999)

Devido às necessidades de produção para a sobrevivência das famílias, bem como a falta de uma consciência da importância da preservação ambiental, na época, as grandes matas da região, compostas por araucárias e madeiras de lei, sofreram enorme devastação. Hoje, certamente com outra interpretação sobre o meio

ambiente, as recordações das mulheres em relação às agressões ao mesmo causam um certo sentimento de culpa, uma vez que elas têm o entendimento de que também participaram, ajudando, portanto nas enormes derrubadas, feitas praticamente sem controle.

Este problema da devastação, feita muitas vezes de forma desordenada, expressa nas falas das mulheres, confirma-se quando considerada a portaria nº 66, baixada em 1956, através da qual, a Colônia Agrícola Nacional General Osório demonstra toda a pretensão de coibir esta prática de devastação excessiva.

A todos os Colonos, Guardas-Florestais e Guardas-Rurais do Núcleo Colonial "General Osório". 1) É proibido desmatar as cabeças dos morros, devendo ser conservada as matas num raio de 50 (cinquenta) metros nas margens dos rios e das nascentes. 2) A propriedade deve ter 25% (Vinte e cinco por cento) de área coberta de matas. 3) Só é permitido derrubar o pinheiro para ser aproveitado em construções e cercas nos lotes, com a devida autorização da administração deste núcleo. 4) Fica proibido queimar e fazer roça nos lugares que tiver pinheiro e erva-mate. 5) Não receberá o Título de Posse do Lote, todo colono que não atender a estas determinações.⁴

Ao chegarem à região, muitas famílias, inicialmente, não tinham à disposição nem a própria residência. As dificuldades de se ter um espaço próprio para morar, em muitos casos, resultava na

⁴ Portaria nº 66 - Arquivo da Colônia Agrícola Nacional General Osório, 20 de novembro de 1956.

divisão de uma mesma casa entre famílias. Pais, filhos, parentes e amigos, pelas dificuldades que enfrentavam, ajustavam-se num mesmo espaço de habitação. *"Nóis tava na casa do irmão dele. No começo, fiquemo na casa do pai dele, depois na casa de um irmão dele".*(Entrevista, 1999) *"... tinha o cunhado que fomo morar junto, na mesma casa"*(Palmira, 1999).

Outro problema enfrentado inicialmente por muitas famílias foi com relação à alimentação. Acredita-se que, devido às dificuldades de produção, ou talvez, da primeira produção, ou, ainda, por impossibilidades de conseguir comprar determinados produtos, muitos foram aqueles que tiveram problemas com o sustento da família. Geralmente eram famílias numerosas, o que certamente exigia uma quantidade significativa de alimentos, às vezes nem sempre possível ou suficiente. *"Sempre aquela polentinha. Passemo fome quando chegemo. Nossa do Céu, esperá as crianças comê pra vê se sobrava. Não se achava um nada pra comprá, nada, nada. Ia no muinho, era Pranchita. O carretel de linha era Pranchita"*(Dalíbia, 1999).

Para estas famílias, percebe-se que a primeira preocupação era com a alimentação das crianças e posteriormente com os adultos. Esta dificuldade no sustento da própria família basicamente ocorria por duas razões: uma, devido à impossibilidade de compra de determinados produtos, ou por inexistência destes produtos necessários, ou pelas dificuldades de se chegar nos centros comerciais; a outra, pelas dificuldades financeiras das famílias, às

vezes não dispondo de recursos para aquisição do necessário. Os depoimentos deixam transparecer que muitas famílias conviveram com situações financeiras muito precárias, não dispondo de recursos para atender às necessidades da própria alimentação.

A fertilidade do solo foi um elemento significativo no processo de ocupação das terras do sudoeste do Paraná. As áreas cobertas por matas, com terras que provavelmente ainda desconheciam a ação humana, ofereciam boas condições para a produção agrícola. Mesmo que este fator não tenha sido o único responsável pelo despertar dos colonizadores, não se pode negar sua importância como uma das razões que contribuíram para atrair milhares de pessoas para estas terras. Nas entrevistadas, fica evidenciada a qualidade das terras: "*Dava tudo, só botar na terra, dava, e colher*" (Umberta, 1999).

Num primeiro momento, mesmo o solo oferecendo boas condições para a produção, acredita-se que a extensão da área de plantio não foi grande. Esta afirmação pode ser explicada se considerarmos que, na época, a falta de estradas, bem como, praticamente a inexistência de um comércio regular e próximo, dificultavam a comercialização da produção.

Primeiramente, a produção para a subsistência foi predominante nas atividades desenvolvidas pelos colonizadores. Não havia, portanto, muito interesse no plantio para além do consumo, pois este excedente não encontraria mercado. Esta falta de mercado, no entanto, não significa negar a existência comercial.

Mesmo que muito limitada e precária, em partes ela existia. "*Era mal o comércio naquela época, tinha que levá tudo de cargueiro. Era difícil, quatro, cinco quilômetros de cargueiro, tudo difícil. Pra gente ir pegá o ônibus, pra ir em Beltrão, tinha que escolher o dia, porque se chovesse ficava o dia inteiro na estradas*" (Gertrudes, 1999).

Entende-se que esta restrição na comercialização foi uma realidade predominante nos primeiros anos da colonização. Posteriormente, na medida em que as transformações ocorriam, principalmente com a abertura de estradas que davam condições de trafegar e assim escoar a produção, bem como o aparecimento de um comércio melhor estruturado, os produtos oriundos da terra começaram a encontrar, gradativamente, um mercado comercial mais permanente.

As dificuldades na comercialização não estavam ligadas apenas à venda dos produtos. Mesmo a compra do necessário para as famílias era problemática. Muitas foram as famílias que, afastadas dos poucos centros comerciais existentes, padeciam da falta de determinados mantimentos considerados necessários. "*... o pai ia comprá em Pato Branco e a mãe tinha que ficá com os filhos*" (Dominícia, 1999).

Para finalizar, considerando o que foi exposto, que afirmações podemos fazer sobre as mulheres do sudoeste do Paraná na construção da história? Com certeza, estas mulheres foram mães, esposas e donas de casa quando se tratava do lar; acompanharam seus pais ou maridos na busca de novas terras e acreditando numa

vida melhor; desbravadoras quando da necessidade de começar uma vida nova em um novo espaço; enfrentando o trabalho árduo, elas estavam presentes na produção para a sobrevivência da família. São estes feitos, que permitem a compreensão e ao mesmo tempo justificam, pelas ações realizadas no cotidiano, a importância e o papel da mulher na construção da história do sudoeste do Paraná.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas: mulheres da colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

DAVIS, N. Z. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOMES, I. Z. 1957: **A revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.

HILL, B. Mulher, história e revolução. **Varias História**. Nº 15, março de 1996. Revista do Departamento da UFMG.

MARTINS, J.de S. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1993.

PERROT, M. A história feita de greves: excluídos & mulheres. **Revista Tempo Social**, vol. 8, nº 2. USP, 1996.

_____. M. Prática da memória feminina. In **Revista Brasileira de História**, vol. 9, nº 18. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, agosto/setembro, 1989.

_____, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In. SILVA, C. L. (Org.) **Projeto História. Revista do Programa de Estudos, Pós-Graduação em História.** São Paulo: PUC, 1981.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In. **Cultura Histórica em Debate.** Org. Célia Lopes da Silva. São Paulo: Unesp, 1995.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: Os anos de Chumbo. **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 2, nº 2, 2º semestre de 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, P. **A escrita da história: Novas Perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: Burke, Peter. **A escrita da história: Novas Perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992. p. 39-62.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Tradução Lólio de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.